

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.323 - RS (2019/0124792-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : ALVORINDO LUCAS DE MOURA
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUZA THOMSEN E OUTRO(S) - RS017592
RECORRIDO : CONSTRUTORA E INCORPORADORA WALAN LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : LEANDRO SANTOS LANG E OUTRO(S) - RS051782

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALVORINDO LUCAS DE MOURA com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO CONSTITUÍDO POSTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA RECUPERAÇÃO. DESCABIMENTO. No caso concreto, o crédito trabalhista em questão, por ter sido constituído posteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, não está sujeito aos seus efeitos. Incidência do art. 49, da Lei nº 11.101/2005. AGRAVO DESPROVIDO" (fl. 146 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 178-184 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega a violação dos artigos 6º, caput e §§ 1º, 2º e 3º e 47, 49, caput e 83, inciso I, da Lei nº 11.101/2005.

Sustenta que o crédito trabalhista é relativo a atividade laboral prestada antes do pedido de recuperação judicial, motivo pelo qual deveria ser inscrito no quadro geral de credores, independentemente do fato de a sentença condenatória da justiça do trabalho que declarou a existência do crédito ter sido proferida em data posterior.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 229 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por ALVORINDO LUCAS DE MOURA em que se busca a inscrição de crédito trabalhista no quadro geral de credores da recuperação judicial da recorrida.

O recorrente sustenta que o crédito trabalhista decorre de atividade laboral prestada em data anterior ao pedido de recuperação judicial, muito embora a sentença da

Superior Tribunal de Justiça

justiça do trabalho tenha sido proferida em data posterior, e que, por isso, faz jus à inscrição do referido crédito no quadro geral de credores.

O Tribunal de origem entendeu o seguinte:

"(...)

No caso concreto, uma vez que o crédito trabalhista em questão foi constituído em 25.06.2013 e que o pedido de Recuperação Judicial da agravante foi ajuizado em 11.09.2012 (conforme consulta ao andamento processual no site desta Corte), o crédito não está sujeito aos efeitos da recuperação, razão pela qual deve ser desprovido o recurso.

Portanto, não há falar em incidência do art. 47, da Lei nº 11.101/2005, quando a própria lei em questão não ampara a pretensão do agravante, por conta da previsão contida no referido art. 49" (fls 149-150 e-STJ).

No entanto, o entendimento do Tribunal local destoa do consolidado no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em demandas cuja obrigação advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial, a ação de conhecimento deve prosseguir perante o juízo na qual foi proposta e, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível.

2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.

2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da

Superior Tribunal de Justiça

Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.1.01/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo.

3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente.

4. Recurso especial provido" (REsp 1.634.046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/4/2017, DJe 18/5/2017 - grifou-se).

Assim, a submissão de um determinado crédito à recuperação judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes deste.

Embora o crédito objeto da presente demanda tenha se tornado certo após o ingresso do pedido de recuperação judicial, com o trânsito em julgado da respectiva sentença proferida na etapa de conhecimento, porquanto decorrente de fato ocorrido em momento anterior, deve ser submetido ao plano de recuperação judicial.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar que o crédito objeto da presente demanda seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa recorrida, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator